

## POLÍTICA FISCAL

# Estimativa preliminar do resultado primário do Governo Central em agosto de 2022

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), obtidos através do Tesouro Gerencial, que fornecem boa aproximação aos dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o mês de agosto de 2022 apresentou um déficit primário de R\$ 52,5 bilhões nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 137,9 bilhões nesse mês, tendo crescido, em termos reais, 7,1% quando comparada com o mesmo mês do ano anterior, ao passo que a despesa totalizou R\$ 190,4 bilhões, crescimento de cerca de 37,4% na mesma base de comparação. Assim, o resultado primário de agosto, deficitário em R\$ 52,5 bilhões, foi significativamente superior ao observado em agosto de 2021, quando registrou-se um déficit de R\$ 9,9 bilhões. Esse resultado foi fortemente impactado pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios e pelo pagamento do acordo relativo ao “Campo de Marte” em São Paulo, os quais totalizaram R\$ 49,9 bilhões. No acumulado do ano até agosto, o superávit primário está em R\$ 22,9 bilhões, contra um déficit de R\$ 89,3 bilhões em igual período de 2021.

Em agosto de 2022, quando comparadas ao mesmo mês do ano anterior, as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) apresentaram um crescimento real de 5,1%, a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 5,4%, as receitas não administradas cresceram 30,6% e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais cresceram 15,6%, em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências aumentou 7,1%. No acumulado do ano até agosto, a receita total registrou um aumento real de 14,4%, enquanto as receitas não administradas pela RFB subiram 48,7% e a receita líquida de transferências cresceu 13,0%, conforme mostra a tabela 1.

A despesa total apresentou em agosto de 2022, relativamente ao mesmo mês do ano passado, um crescimento real de 37,4%: aumento explicado, em grande medida, conforme observado anteriormente, pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios, no valor de R\$ 26 bilhões, e pelo pagamento do acordo

### Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

[sergio.ferreira@ipea.gov.br](mailto:sergio.ferreira@ipea.gov.br)

### Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

[felipe.martins@ipea.gov.br](mailto:felipe.martins@ipea.gov.br)

Divulgado em 14 de setembro de 2022.

relativo ao “Campo de Marte” localizado em São Paulo, no valor de R\$ 23,9 bilhões. Os pagamentos de sentenças judiciais e precatórios impactaram principalmente as despesas previdenciárias e com pessoal, que apresentaram crescimento real de 22,6% e 22,5%, respectivamente, e as outras despesas obrigatórias, com crescimento de 24,8%. O pagamento referente ao “Campo de Marte”, por sua vez, afetou as despesas do Poder Executivo sujeitas a programação financeira, que registraram crescimento de 102,2%. No acumulado até agosto, a despesa total cresceu 2,6%, com destaque para a despesa com pessoal, que apresentou uma redução real de 7,9% em relação ao mesmo período do ano passado, e para a despesa previdenciária, que cresceu 0,8% na mesma base de comparação.

TABELA 1  
**Governo central – resultado primário a preços constantes**

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)
	ago./2021	ago./2022		2021	2022		Até ago./2021	Até ago./2022	
<b>1-Receita Total</b>	<b>164.066</b>	<b>178.773</b>	<b>9,0%</b>	<b>1.361.377</b>	<b>1.557.247</b>	<b>14,4%</b>	<b>2.034.762</b>	<b>2.311.817</b>	<b>13,6%</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	98.479	103.495	5,1%	858.944	940.883	9,5%	1.261.825	1.392.843	10,4%
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-95	-52	-45,0%	-95	-130	36,8%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	41.276	43.518	5,4%	313.459	335.352	7,0%	513.617	526.928	2,6%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	24.312	31.760	30,6%	189.070	281.064	48,7%	259.415	392.176	51,2%
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>35.356</b>	<b>40.877</b>	<b>15,6%</b>	<b>255.509</b>	<b>307.635</b>	<b>20,4%</b>	<b>362.858</b>	<b>439.253</b>	<b>21,1%</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>128.711</b>	<b>137.897</b>	<b>7,1%</b>	<b>1.105.868</b>	<b>1.249.611</b>	<b>13,0%</b>	<b>1.671.904</b>	<b>1.872.564</b>	<b>12,0%</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>138.572</b>	<b>190.356</b>	<b>37,4%</b>	<b>1.195.216</b>	<b>1.226.744</b>	<b>2,6%</b>	<b>1.927.460</b>	<b>1.799.986</b>	<b>-6,6%</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	58.471	71.699	22,6%	547.835	552.064	0,8%	787.664	783.021	-0,6%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.112	33.203	22,5%	240.378	221.409	-7,9%	371.510	341.827	-8,0%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28.031	34.980	24,8%	238.631	201.708	-15,5%	487.335	299.120	-38,6%
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	24.958	50.474	102,2%	168.373	251.562	49,4%	280.951	376.018	33,8%
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>-9.862</b>	<b>-52.460</b>	<b>432,0%</b>	<b>-89.348</b>	<b>22.868</b>	<b>-125,6%</b>	<b>-255.556</b>	<b>72.578</b>	<b>-128,4%</b>

Fonte: STN; Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional das receitas. No que se refere às receitas administradas pela RFB, os destaques continuaram sendo a arrecadação da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e o Imposto de Renda, com crescimento real, relativamente a agosto de 2021, de 31,4% e 22,2%, respectivamente. Esse aumento mais do que compensou as quedas observadas na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (-31,1%) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de -8,1%. Na abertura de receitas não administradas pela RFB, cabe destacar a arrecadação de R\$ 13,7 bilhões com dividendos e participações e de R\$ 6,8 bilhões com a exploração de recursos naturais, significativamente acima do registrado no mesmo período do ano anterior. Os dados acumulados em 2022 mostram significativo aumento da arrecadação em relação ao ano passado, com as receitas de exploração de recursos naturais totalizando R\$ 92,5 bilhões no acumulado até agosto, contra R\$ 68,2 bilhões em 2021, as receitas de dividendos e participações superando os R\$ 65 bilhões, contra R\$ 23,8 bilhões em 2021, e as concessões e permissões arrecadando R\$ 41,8 bilhões, contra R\$ 3,2 bilhões em 2021. Vale mencionar também que o crescimento real na arrecadação agregada de Imposto de Renda, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e CSLL supera o montante de R\$ 112 bilhões no acumulado do ano, registrando elevação de 22,6% relativamente a 2021.

TABELA 2

**Principais componentes da receita do governo central – preços constantes**

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)
	ago./2021	ago./2022		2021	2022		Até ago./2021	Até ago./2022	
<b>1-Receita Total</b>	<b>164.066</b>	<b>178.773</b>	<b>9,0%</b>	<b>1.361.377</b>	<b>1.557.247</b>	<b>14,4%</b>	<b>2.034.762</b>	<b>2.311.817</b>	<b>13,6%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>98.479</b>	<b>103.495</b>	<b>5,1%</b>	<b>858.944</b>	<b>940.883</b>	<b>9,5%</b>	<b>1.261.825</b>	<b>1.392.843</b>	<b>10,4%</b>
1.1.01 Imposto de Importação	5.442	5.537	1,7%	45.152	38.916	-13,8%	66.336	61.719	-7,0%
1.1.02 IPI	6.395	4.403	-31,1%	51.101	40.734	-20,3%	80.470	67.743	-15,8%
1.1.03 Imposto de Renda	36.394	44.481	22,2%	375.955	451.056	20,0%	535.154	643.996	20,3%
1.1.04 IOF	4.891	5.089	4,0%	32.595	39.027	19,7%	38.547	60.019	55,7%
1.1.05 Cofins	26.816	24.647	-8,1%	194.513	180.931	-7,0%	305.969	287.138	-6,2%
1.1.06 PIS/Pasep	7.149	6.867	-3,9%	54.249	53.656	-1,1%	85.193	82.777	-2,8%
1.1.07 CSLL	8.330	10.943	31,4%	86.225	116.665	35,3%	117.909	156.378	32,6%
1.1.09 CIDE Combustíveis	294	3	-99,1%	1.035	1.673	61,7%	1.672	2.727	63,1%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.767	1.525	-44,9%	18.120	18.224	0,6%	30.575	30.345	-0,8%
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-95</b>	<b>-52</b>	<b>-45,0%</b>	<b>-95</b>	<b>-130</b>	<b>36,8%</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>41.276</b>	<b>43.518</b>	<b>5,4%</b>	<b>313.459</b>	<b>335.352</b>	<b>7,0%</b>	<b>513.617</b>	<b>526.928</b>	<b>2,6%</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>24.312</b>	<b>31.760</b>	<b>30,6%</b>	<b>189.070</b>	<b>281.064</b>	<b>48,7%</b>	<b>259.415</b>	<b>392.176</b>	<b>51,2%</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	635	69	-89,2%	3.164	41.794	1220,9%	10.523	49.209	367,6%
1.4.2 Dividendos e Participações	7.787	13.700	75,9%	23.831	65.352	174,2%	27.099	88.360	226,1%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.544	1.320	-14,5%	12.330	10.646	-13,7%	20.460	17.938	-12,3%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.669	6.819	20,3%	68.179	92.483	35,6%	89.854	127.369	41,8%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.743	1.464	-16,0%	11.829	13.671	15,6%	17.307	20.082	16,0%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.017	2.191	8,6%	16.302	17.001	4,3%	25.579	26.951	5,4%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	5	33	607,5%
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.916	6.197	26,0%	53.435	40.118	-24,9%	68.587	62.234	-9,3%
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>35.356</b>	<b>40.877</b>	<b>15,6%</b>	<b>255.509</b>	<b>307.635</b>	<b>20,4%</b>	<b>362.858</b>	<b>439.253</b>	<b>21,1%</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>128.711</b>	<b>137.897</b>	<b>7,1%</b>	<b>1.105.868</b>	<b>1.249.611</b>	<b>13,0%</b>	<b>1.671.904</b>	<b>1.872.564</b>	<b>12,0%</b>

Fonte: STN; Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PIS/Pasep – Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Por fim, as despesas são detalhadas na tabela 3. Ao desagregar as outras despesas obrigatórias, fica evidente o impacto do pagamento de sentenças judiciais e precatórios em agosto, com crescimento de R\$ 6,3 bilhões em relação a agosto de 2021; no acumulado do ano até agosto, porém, a despesa nessa rubrica apresenta queda de R\$ 3,9 bilhões relativamente ao ano passado. Cabe notar também a influência dos créditos extraordinários na comparação entre 2022 e 2021: essa rubrica apresentou redução de 57,1% no resultado de agosto em relação ao mesmo período de 2021 e, no acumulado do ano, queda de 76,2% (correspondente a uma diferença da ordem de R\$ 70 bilhões). Em contrapartida, algumas despesas aumentaram em relação ao ano passado, como o pagamento de abono e seguro-desemprego, com crescimento de 34,2% no acumulado de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021 (influenciado pelo ajuste no calendário adotado em 2021); as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com alta de 50,4%; a despesa com subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que cresceu 129,4%; e a despesa obrigatória sujeita a programação financeira, com crescimento de 43,3%. Ainda assim, as despesas obrigatórias, inclusive as despesas com controle de fluxo, registraram uma redução no acumulado até agosto de R\$ 8 bilhões (-0,7%).

TABELA 3  
Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de ago./2022)		Taxa de variação (%)
	ago./2021	ago./2022		2021	2022		Até ago./2021	Até ago./2022	
<b>4. DESPESA TOTAL</b>	<b>138.572</b>	<b>190.356</b>	<b>37,4%</b>	<b>1.195.216</b>	<b>1.226.744</b>	<b>2,6%</b>	<b>1.927.460</b>	<b>1.799.986</b>	<b>-6,6%</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	58.471	71.699	22,6%	547.835	552.064	0,8%	787.664	783.021	-0,6%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.112	33.203	22,5%	240.378	221.409	-7,9%	371.510	341.827	-8,0%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28.031	34.980	24,8%	238.631	201.708	-15,5%	487.335	299.120	-38,6%
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	2.945	4.102	39,3%	38.489	51.665	34,2%	57.286	63.991	11,7%
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.279	7.038	12,1%	50.530	52.570	4,0%	74.915	76.280	1,8%
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	16.041	6.882	-57,1%	91.600	21.841	-76,2%	250.752	58.432	-76,7%
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	543	0	-100,0%	5.836	3.138	-46,2%	8.857	5.307	-40,1%
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	1.674	2.587	54,6%	14.528	21.856	50,4%	18.817	31.440	67,1%
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	909	1.195	31,5%	7.241	8.653	19,5%	12.648	13.416	6,1%
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	361	332	-8,0%	3.961	2.679	-32,4%	7.545	4.085	-45,9%
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	240	6.506	2615,1%	19.609	15.686	-20,0%	20.916	16.817	-19,6%
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	32	907	2755,4%	5.902	13.537	129,4%	2.698	15.847	487,5%
4.3.10 Impacto Primário do FIES	-1.467	0	-100,0%	-2.662	1.512	-156,8%	-2.608	2.727	-204,5%
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	475	5.430	1042,6%	3.597	8.569	138,2%	35.511	10.778	-69,6%
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>24.958</b>	<b>50.474</b>	<b>102,2%</b>	<b>168.373</b>	<b>251.562</b>	<b>49,4%</b>	<b>280.951</b>	<b>376.018</b>	<b>33,8%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.864	18.029	52,0%	100.853	144.480	43,3%	162.617	202.438	24,5%
4.4.2 Despesas Discricionárias	13.094	32.445	147,8%	67.520	107.082	58,6%	118.334	173.581	46,7%
<b>DESPESAS OBRIGATÓRIAS (= 4. DESPESA TOTAL - 4.4.2 Despesas Discricionárias)</b>	<b>125.478</b>	<b>157.911</b>	<b>25,8%</b>	<b>1.127.696</b>	<b>1.119.661</b>	<b>-0,7%</b>	<b>1.809.126</b>	<b>1.626.406</b>	<b>-10,1%</b>

Fonte: STN; Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)  
Fábio Servo  
José Ronaldo de Castro Souza Júnior  
Leonardo Mello de Carvalho  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter  
Andreza Aparecida Palma  
Antônio Carlos Simões Florido  
Cristiano da Costa Silva  
Felipe Moraes Cornelio  
Paulo Mansur Levy  
Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Diego Ferreira  
Diego Rosalino Marques  
Felipe dos Santos Martins  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Pedro Mendes Garcia  
Rafael Pastre  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---